

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 1.000, DE 2011
(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre contratação de mão de obra por empresas brasileiras em atividade no exterior, na forma que especifica.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Ministro das Relações Exteriores, **Sr. Antônio de Aguiar Patriota**, pedido de informações sobre contratação de mão de obra por empresas brasileiras em atividade no exterior, em especial na Líbia, nos seguintes termos:

1. Relação de empresas brasileiras em atividade na Líbia desde o ano 2005.
2. Se houve apoio por parte do governo brasileiro à implantação e à manutenção das atividades das referidas empresas brasileiras na Líbia e, em caso positivo, de que forma.

3. Se a contratação de mão de obra pelas empresas brasileiras em território líbio obedeceram a critérios mínimos da legislação trabalhista daquele país.
4. Se o governo brasileiro prescreve às empresas brasileiras em atividade no exterior obediência a normas mínimas de segurança e condições dignas de trabalho.

JUSTIFICATIVA

A atividade econômica na Líbia, há algum tempo, vem atraindo as principais construtoras brasileiras. Afinal, com o fim do embargo, a Líbia investiu na modernização de sua infraestrutura. O dinheiro para financiar as obras não vinha sendo um problema. Só um dos fundos soberanos da Líbia, para investimentos internos, possuía U\$800 bilhões. Com a maior parte de seu PIB proveniente do petróleo, o país investiu U\$ 115 bilhões em infraestrutura entre 2003 e 2009, segundo estimativas. A Odebrecht foi a primeira empresa brasileira a se instalar na Líbia desde a reabertura do país. A empresa começou a trabalhar em 2007 em duas obras no valor total de U\$ 1,4 bilhão: a construção de dois terminais do Aeroporto Internacional da capital, Trípoli, e a criação de um anel rodoviário. À companhia seguiram-se as concorrentes Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão, que realizavam obras de infraestrutura urbana no país (como saneamento e remodelação de cidades) antes da eclosão da guerra civil.

Ocorre que grande parte da mão de obra utilizada por essas empresas, segundo relatos, é análoga à de escravo. Os empregados, oriundos, em sua maioria, da Tunísia, Egito, Autoridade Nacional da Palestina, Tailândia e Vietnã, são submetidos a condições de trabalho desumanas.

Os ganhos econômicos para essas empresas e, conseqüentemente, para a balança comercial brasileira é inegável. Contudo, é preciso que cidadãos, governo e empresas de nosso país tenham o respeito e o apreço aos trabalhadores, como seres humanos que são, independente de sua nacionalidade ou local de atividade. Da parte do Estado brasileiro, não podemos nos omitir de nossas obrigações humanistas.

Diante disso, apresentamos o presente Requerimento de Informações com o objetivo de melhor municiar este Parlamento para questões que envolvem as condições de trabalho e os direitos humanos de modo amplo e além das fronteiras nacionais.

Sala das Sessões, em de junho de 2011.

Deputado RUBENS BUENO
PPS/PR